

A ATIVIDADE EDUCATIVA NA PERSPECTIVA DA TEORIA MARXISTA: MARX, LUKÁCS E MÉSZÁROS

*Osmar Martins de Souza*¹

 <https://orcid.org/0000-0001-5807-0026>

*Ruth Maria de Paula Gonçalves*²

 <https://orcid.org/0009-0005-4036-2078>

Resumo: No presente texto, objetivamos realizar algumas reflexões sobre a atividade educativa na perspectiva da teoria marxista, tendo por base, principalmente, as reflexões realizadas por Karl Marx, György Lukács e István Mészáros. Dessa forma, discutiremos sobre as determinações essenciais da atividade do trabalho e sobre a atividade educativa em sentido amplo e estrito e suas relações com a atividade educativa na perspectiva marxista. A questão essencial, em nossa compreensão, fundamentada na teoria marxista, está relacionada com a finalidade desta atividade, como é compreendida e qual a sua função no processo de reprodução do ser social. Consideramos que a atividade educativa, que tenha por fundamento a teoria marxista, deve ter como objetivo central, a emancipação do trabalho, ou seja, a emancipação humana.

Palavras-chave: Atividade educativa; Teoria Marxista; Emancipação humana.



¹ Doutor em Educação pela Universidade Federal do Ceará, na Linha de Marxismo, Educação e Lutas de Classes e Professor do Colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná – Campus de Campo Mourão – PR. E-mail: prof.osmarunespar@gmail.com

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora no Programa de Pós-graduação em Educação PPGE-UECE. E-mail: ruthm.goncalves@uece.br

EDUCATIONAL ACTIVITY FROM THE PERSPECTIVE OF MARXIST THEORY: MARX, LUKÁCS, AND MÉSZÁROS

Abstract: The aim of this text is to reflect on educational activity from the perspective of Marxist theory, based mainly on the reflections of Karl Marx, György Lukács and István Mészáros. Thus, we will discuss the essential determinations of labour and educational activity in a broad and strict sense and their relationship with educational activity from a Marxist perspective. The essential question in our understanding, based on Marxist theory, is related to the purpose of this activity, how it is understood, and its function in the process of reproducing the social being. We consider that educational activity, based on Marxist theory, should have as its central objective the emancipation of labour, in other words, human emancipation.

Keywords: Educational activity; Marxist Theory; Human emancipation.

LA ACTIVIDAD EDUCATIVA DESDE LA PERSPECTIVA DE LA TEORÍA MARXISTA: MARX, LUKÁCS E MESZÁROS

Resumen: En el presente texto, buscamos realizar algunas reflexiones sobre la actividad educativa desde la perspectiva de la teoría marxista, teniendo como base principalmente las reflexiones realizadas por Karl Marx, György Lukács e István Mészáros. De esta manera, discutiremos sobre las determinaciones esenciales de la actividad laboral y sobre la actividad educativa en sentido amplio y estricto, y sus relaciones con la actividad educativa desde la perspectiva marxista. La cuestión esencial, desde nuestra comprensión fundamentada en la teoría marxista, está relacionada con el propósito de esta actividad, cómo se comprende y cuál es su función en el proceso de reproducción del ser social. Consideramos que la actividad educativa, basada en la teoría marxista, debe tener como objetivo central la emancipación del trabajo, es decir, la emancipación humana.

Palabras clave: Actividad educativa; Teoría Marxista; Emancipación Humana.

Introdução

“Os comunistas não inventaram a influência (dei Einwirkung) da sociedade sobre a educação; procuram apenas transformar o seu caráter, arrancando a educação da influência da classe dominante” (Marx; Engels, 1996, p. 83).

No presente texto, objetivamos realizar algumas reflexões sobre a atividade educativa na perspectiva da teoria marxista, tendo por base, principalmente, as teorias de Karl Marx, György Lukács e István Mészáros. Partindo das discussões realizadas por esses autores, procuramos refletir sobre as determinações essenciais da atividade do trabalho e da atividade educativa em sentido amplo e estrito e, ainda, suas relações com a atividade educativa na perspectiva marxista, considerando que esta última, tendo por referência, Marx, Lukács e Mészáros, deve ter por objetivo central, a emancipação do trabalho, ou seja, a emancipação humana.

Tendo o materialismo histórico como referencial teórico-metodológico, buscamos apresentar o significado essencial do trabalho e da educação em suas determinações ontológicas, bem como, a função que a atividade educativa assume na atual sociabilidade do capital, sobretudo, a função que a atividade educativa pode assumir na perspectiva da teoria marxista, tendo Marx, Lukács e Mészáros por fundamento, que é a emancipação humana.

Para esses autores, a categoria do trabalho ocupa um lugar central na análise do mundo social, não por um mero desejo ou capricho do investigador, mas por uma determinação da própria realidade social. Isto posto, o trabalho é considerado o elemento fundante do mundo do ser social, não porque Marx, Lukács ou Mészáros assim o desejaram, mas porque investigaram a realidade assim como ela é, e depois, formularam as abstrações correspondentes.

Já a atividade educativa, é considerada uma práxis que surgiu a partir do trabalho. Conforme o pensador marxista, György Lukács, a educação é uma atividade secundária (um pôr teleológico secundário), que está situada na esfera da reprodução do ser social. Secundária não significa menos importante, mas se refere a sua posição em relação ao pôr teleológico primário do ser social, ao elemento fundante do ser social, que é a atividade o trabalho.

Diferentemente do mundo natural (do mundo dos animais), que apenas se reproduz biologicamente (naturalmente, espontaneamente), o mundo social (o “mundo dos homens”) se produz e se reproduz não só biologicamente (espontaneamente), mas socialmente, tendo o trabalho como seu elemento fundante e como uma eterna necessidade para a sua produção e reprodução. Por isso, na teoria marxista, o trabalho é a forma de atividade (de práxis) que caracteriza o homem e o possibilita a realização de outras formas de atividades (de práxis), como a educação. Neste sentido, Lukács considera:

[...] o trabalho é antes de tudo, em termos genéricos, o ponto de partida para o tornar-se homem do homem, para a formação das suas faculdades, sendo que jamais se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. Além do mais, o trabalho se apresenta, por um longo tempo, como o único âmbito desse desenvolvimento; todas as demais formas de atividade do homem, ligadas aos diversos valores, só se podem apresentar como autônomas depois que o trabalho atinge um nível relativamente elevado (Lukács, 2012, p. 348).

A atividade educativa, assim como as demais outras formas de atividades secundárias, surge a partir do trabalho e do desenvolvimento de suas forças produtivas. Por mais que estas atividades possam aparecer como autônomas em relação ao trabalho, porque desempenham funções diferentes no mundo social, guardam uma identidade e não identidade com a atividade do trabalho e dependem ontologicamente do trabalho.

Diferentemente do trabalho, a atividade educativa não se situa na esfera da produção, mas na esfera da reprodução social. O fato de se localizar na esfera da reprodução do ser social (do homem) não diminui a sua relevância, pois é por meio desta atividade que os homens agem sobre outros homens, ou para ser mais preciso, agem sobre a formação da consciência de outros homens, com o objetivo de influenciá-los a desempenharem determinadas práticas no mundo social. Nesse sentido, a atividade educativa, em suas determinações ontológicas, tem como função precípua a de transmitir aos indivíduos conhecimentos, habilidades, valores, etc. Compreendida nestes termos, em suas determinações essenciais, a atividade educativa é indispensável no processo de reprodução do ser social, ou seja, uma eterna necessidade da sociabilidade humana.

As determinações ontológicas da atividade do trabalho e da atividade educativa

Para a teoria marxiana, a atividade do trabalho é fundante do ser social e enquanto produtora de valores de uso é uma eterna necessidade para a existência humana. Entretanto, o fato desta atividade ser uma eterna necessidade para a existência do ser social, não significa

que a reprodução social (do ser social) ocorra, exclusivamente, por meio desta. Segundo Marx, o trabalho:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, [...] é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (Marx 2013, p. 120).

Nessa linha de compreensão, Mészáros acrescenta:

O trabalho humano como atividade produtiva sempre permanecerá a condição absoluta do processo de reprodução. O substrato natural da existência dos indivíduos é a própria natureza, que deve ser controlada racional e criativamente pela atividade produtiva [...]” (Mészáros, 2007, p. 79).

Na medida em que as forças produtivas do trabalho alcançaram um maior desenvolvimento e houve o aumento na produtividade do trabalho, passou-se a produzir um excedente, que foi um fator fundamental para que os homens pudessem dispor de tempo livre, que por sua vez, foi determinante para o desenvolvimento de outras formas de atividades (de práxis), como a educação, a linguagem e com apropriação privada desse excedente, com o surgimento propriedade privada, com as sociedades de classes, elaboraram outros complexos, como o direito, a política, etc. Por isso, por mais que estes complexos pareçam ser autônomos em relação ao trabalho produtor de valores de uso, esta autonomia é sempre relativa e não absoluta.

A atividade do trabalho, em seu sentido ontológico (essencial), como um pôr de um fim, é a atividade modelo para todas as formas de práxis por ser uma síntese entre teleologia e causalidade (homem e natureza). Para Lukács (2010, p. 44), a atividade do trabalho é o pôr teleológico primário (pôr de um fim), que por modificar a natureza, “*é o fundamento ontológico de toda práxis social, isto é, humana*”. Todas as outras formas de práxis (de atividades), como a educação, realizam um pôr teleológico (um pôr de um fim) e nesse preciso sentido, guardam uma estreita relação com a atividade do trabalho. Deste modo, a atividade do trabalho se constitui no modelo fundamental para “compreender os outros pores socioteleológicos. Lukács, no capítulo sobre o Trabalho, expõe essa questão com os seguintes termos:

Assim, o trabalho se torna o modelo de toda a práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes muito complexas -, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material. É claro, como veremos mais adiante, que não se deve exagerar de maneira esquemática esse caráter de modelo do trabalho em relação ao agir humano em sociedade; precisamente a consideração das diferenças bastante

importantes mostra a afinidade essencialmente ontológica, pois exatamente nessas diferenças se revela que o trabalho pode servir de modelo para compreender os outros pores socioteleológicos (Lukács, 2013, p. 47).

A atividade educativa, assim como outras formas de práxis secundárias (de atividades), é um pôr teleológico que tem como modelo a atividade do trabalho, mas não pode ser confundido com esta, pois trata-se de um pôr teleológico secundário. Sobre essas outras formas de práxis e a função que realizam, Maceno (2017, p. 39) destaca:

Essas formas de posições teleológicas, surgidas a partir da necessidade imposta pelo trabalho, têm a função social de mediação entre o homem/homem e são complexos sociais orientados para a realização de posições teleológicas cuja objetivação destina-se a desencadear o desenvolvimento de ações em outros sujeitos.

A atividade da educação, bem como as outras práxis secundárias, tem um objeto e uma função diferente do objeto e da função da atividade do trabalho no sentido ontológico. A práxis educativa tem como objeto o próprio homem e sua função é a de influenciar os homens em determinadas direções, enquanto a práxis do trabalho tem como objeto o mundo natural e a sua função é modificá-lo para suprir suas necessidades materiais. A este respeito, Lukács esclarece:

[...] o trabalho é um processo entre atividade humana e natureza: seus atos estão orientados para a transformação de objetos naturais em valores de uso. Nas formas ulteriores e mais desenvolvidas da práxis social, destaca-se em primeiro plano a ação sobre outros homens, cujo o objetivo é, em última instância – mas somente em última instância –, uma mediação para a produção de valores de uso. Também nesse caso o fundamento ontológico-estrutural é constituído pelos pores ontológicos e pelas cadeias causais que eles põem em movimento. No entanto, o conteúdo essencial do pôr teleológico nesse momento – falando em termos inteiramente gerais e abstratos – é a tentativa de induzir outra pessoa (grupo de pessoas) a realizar, por sua parte, pores teleológicos concretos (Lukács, 2013, p. 83).

As atividades secundárias (pores teleológicos secundários) diferentemente da atividade primária (o trabalho), objetivam ou realizam uma transformação sobre os próprios homens, ou seja, intentam induzir as pessoas a realizarem determinadas ações na sociedade. Essas formas de práxis secundárias não possuem uma ligação direta com o trabalho, mas conforme Lukács, em última instância, são uma mediação para o trabalho como produtor de valores de uso. Por isso, a práxis educativa, como todas as outras práxis secundárias não podem ser confundidas com a atividade do trabalho (teleologia primária) produtor de valores de uso, porque as práxis secundárias (teleologia secundária) não realizam o metabolismo entre o homem e a natureza. Cabe enfatizar, mesmo que sucintamente, que a atividade educativa tem a sua própria

especificidade e por isso, não pode ser confundida com as outras formas de teleologias secundárias. Nesse preciso sentido, Ivo Tonet esclarece:

O que distingue a educação de todas as outras atividades, é o fato de que ela se caracteriza não pela produção de objetivações – o que não quer dizer que também não as produza – mas pela apropriação daquilo que é realizado por outras atividades. Assim, por exemplo, cabe à atividade artística produzir obras de arte. Mas, é através da educação – aqui entendida, obviamente, em um sentido amplo, que inclui tanto a educação direta quando a educação indireta – que o indivíduo se torna capaz de tornar seu o universo contido na obra de arte (Tonet, 2013, p. 251).

As práxis secundárias possuem uma relação de identidade da identidade e da não-identidade com a práxis do trabalho (teleologia primária), pois assim como esta, as práxis secundárias se caracterizam essencialmente pela objetivação de posições teleológicas (Lima; Jimenez, 2011, p. 79). Identidade da identidade, porque a práxis do trabalho é sua protoforma e igualmente a esta, as práxis secundárias são posições teleológicas e não identidade, porque o objeto em que realizam a objetivação de uma teleologia é de uma outra natureza e possuem uma outra função social no processo de reprodução do ser social. Ao analisar a especificidade da práxis educativa (teleologia secundária) e a atividade do trabalho (teleologia primária) em sua obra: *Educação, cidadania e emancipação humana*, Ivo Tonet faz as seguintes considerações:

O ato educativo, ao contrário do trabalho, implica uma relação não entre um sujeito e um objeto, mas entre um sujeito e um objeto que é ao mesmo tempo também sujeito. Trata-se, aqui, de uma ação sobre uma consciência visando a induzi-la a agir de determinada forma (Tonet, 2013, p. 251).

A práxis educativa em suas determinações essenciais tem a mesma estrutura ontológica da práxis do trabalho, a saber, é um pôr teleológico (um pôr de um fim). O que a distingue é que o seu objeto de ação não é a causalidade dada (o mundo natural), mas o próprio ser social (sua consciência), com a finalidade de induzi-lo a agir de uma determinada maneira, conforme o ideado. O objeto de atuação da atividade educativa não é passivo como a “pura” causalidade, porque o seu objeto é um sujeito, um ser que não responde somente passivamente, mas ativamente. Isso significa que diferentemente do pôr teleológico primário, a atividade educativa (uma teleologia secundária), por mais eficaz que seja a sua execução, por meio de um conhecimento sistemático do objeto, com métodos e técnicas tidas como as mais desenvolvidas, tem um objeto que reage ativamente ao processo (à teleologia) e o resultado “final” pode ser o contrário ao do ideado no início do processo educativo. Sobre essa propriedade da atividade educativa, Lukács enfatiza:

A educação do homem é direcionada para formar nele uma prontidão para as decisões alternativas de determinado feito; ao dizer isso, não temos em mente a educação no sentido mais estrito, conscientemente ativo, mas como totalidade de todas as influências exercidas sobre o novo homem em processo de formação. Por outro lado, a menor das crianças já reage à sua educação, tomada nesse sentido bem amplo, por seu turno igualmente com decisões alternativas, e a sua educação, a formação de seu caráter, é um processo continuado das interações que se dão (Lukács, 2013, p. 295).

Para Lukács, a atividade educativa, em sua essência, em sentido ontológico, tem como objeto de sua ação o próprio homem e o seu objetivo é formar no homem uma disposição para reagir de uma determinada maneira a determinadas exigências que são requeridas no processo social. Por outro lado, Lukács também considera como resultado ontológico desse processo, a reação do sujeito ao ideado na atividade educativa, pois o seu objeto (o homem) reage ativamente (toma decisões) e o resultado pode não ser positivo, ou seja, pode ocorrer o inverso do ideado no processo educativo. Nesse sentido, Lukács acrescenta:

[...] quando o filho do aristocrata se converte em revolucionário, o descendente de oficiais se torna um antimilitarista, quando a educação para “virtude” produz uma queda para a prostituição etc., estes são, no sentido ontológico, resultados da educação, tanto quanto aqueles em que o educador atingiu as suas finalidades (Lukács, 2013, p. 295).

A atividade educativa em seu sentido mais essencial, assim como a atividade do trabalho, é uma necessidade indispensável na sociabilidade humana, pois esta é fundamental para que se efetive o processo de reprodução do ser social. Nesta direção, Ivo Tonet, em sua obra: *Educação, cidadania e emancipação humana*, afirma:

[...] a natureza essencial da atividade educativa: ela consiste em propiciar ao indivíduo a apropriação de conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, etc. que se constituem em patrimônio acumulado e decantado ao longo da história da humanidade. Deste modo, contribui para que o indivíduo se construa como membro do gênero humano e se torne apto a reagir face ao novo de um modo que seja favorável à reprodução do ser social na forma em que ele se apresenta num determinado momento histórico (Tonet, 2013, p. 256).

Compreendida dessa forma, a atividade educativa é indispensável no processo de reprodução do ser social, porque é por meio dela que os homens se apropriam dos conhecimentos, das habilidades, dos comportamentos, etc., para se humanizarem e reproduzirem a vida humana de uma determinada forma em um determinado momento histórico.

A atividade educativa: eterna necessidade da reprodução social

A teoria marxista compreende que a atividade educativa é fundamental no processo de reprodução do ser social, porque é por meio desta atividade que a socialidade é legada as gerações mais novas. A práxis educativa (a educação) é o meio essencial de transmissão da cultura produzida historicamente pelos homens. Por isso, segundo o teórico marxista, István Mészáros:

Nenhuma sociedade pode persistir sem seu próprio sistema de educação. Apontar unicamente para os mecanismos de produção e troca a fim de explicar o real funcionamento da sociedade capitalista é totalmente inadequado. As sociedades existem nas e por meio das ações de indivíduos particulares, que buscam realizar seus próprios fins. Consequentemente, a questão crucial para qualquer sociedade estabelecida é a reprodução exitosa de tais indivíduos cujos "próprios fins" não negam as potencialidades do sistema de produção predominante (Mészáros, 2016, p. 265).

Toda sociedade, para se reproduzir, para “*persistir*”, necessita da atividade educativa, pois essa atividade tem a função precípua de assegurar a humanização das novas gerações. Isso significa que a educação não é apenas mais uma entre tantas outras formas de práxis humanas, mas uma atividade [uma práxis] ineliminável na reprodução da humanidade, da socialidade e do homem. Entendida dessa forma, a educação, assim como o trabalho produtor de valor de uso, independente de todas as formas sociais, é uma eterna necessidade do mundo dos homens.

A partir desses pressupostos, entende-se que a atividade educativa se constitui em uma das atividades fundamentais no processo de reprodução das sociedades humanas, pois tem a função de assegurar a transmissão da herança cultural e de sua apropriação pelas novas gerações. Como não nascemos geneticamente sociais, mas nos tornamos no processo social, significa que diferentemente dos outros animais, temos que aprender as atividades que são fundamentais para existirmos como humanos, como seres sociais. Por isso, necessitamos aprender o que fazer e, a atividade educativa tem a função de propiciar a apropriação de um determinado quantum de conhecimentos que nos tornem indivíduos aptos a participarem da sociabilidade humana. A este respeito, Ivo Tonet (2009, p. 9), considera:

À diferença dos animais, nós humanos não nascemos geneticamente determinados a realizar as atividades necessárias à nossa existência. Precisam aprender o que tem que fazer [...] Daí a necessidade da educação, vale dizer, de um processo de aquisição de conhecimentos, habilidades, comportamentos, valores, etc. que permitam ao indivíduo tornar-se apto a participar conscientemente (mesmo que essa consciência seja limitada) da vida social.

Desse modo, o homem não nasce homem, torna-se homem no processo social com a assimilação/apropriação/objetivação das relações sociais, que é realizada pela mediação de outros homens. Nesta direção, Marx nas *Teses Ad Feuerbach* de 1845 foi enfático ao considerar que “a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais” (Marx; Engels, 2007, p. 534). Dessa forma, o homem não possui uma essência dada, a priori, a sua existência ou que esta seja constituída isoladamente pelo próprio indivíduo, mas em seu devir na sociedade e a partir das relações que este vai estabelecendo com os outros indivíduos. Neste tornar-se homem, a atividade educativa exerce uma função fundamental, pois é por meio da realização desta atividade que ocorre o processo de transmissão/assimilação/apropriação/objetivação do conjunto das relações sociais em um dado período da história humana.

É a atividade educativa que propicia que a criança tenha contato com a sociedade (com o conjunto das relações sociais), por meio da mediação de outros homens. Em um primeiro momento, a atividade educativa ocorria predominante de forma assistemática, de forma espontânea e era deste modo que o indivíduo singular se apropriava do conjunto das relações sociais. Nesse sentido, a atividade educativa tinha a função ampla de transmitir as principais características da generalidade social aos indivíduos, com o objetivo de garantir a reprodução do ser social em sua totalidade (Lima; Jimenez, 2011, p. 86).

Entretanto, com o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho e sua consequente complexificação com a divisão do trabalho e com a divisão da sociedade em classes sociais, a atividade educativa passou por uma profunda alteração em sua função e em seus objetivos. Sua função passa a ser restrita e não visa assegurar que os indivíduos se apropriem do conjunto das relações sociais em sua totalidade, mas de uma parte desta, de acordo com interesses bem definidos e que concorram com a reprodução dos interesses das classes dominantes. Por isso, o objetivo da atividade educativa, nas sociedades de classes, consiste predominante em reproduzir as características que proporcionam a dominação de uma classe sobre outra e para dar continuidade nestas relações sociais de dominação. Nesta linha de compreensão, Ivo Tonet (2013, p. 256) enfatiza:

Em uma sociedade de classes, o interesse das classes dominantes será sempre o polo determinante da estruturação da educação. O que significa que ela será configurada de modo a impedir qualquer ruptura com aquela ordem social. Em consequência, a educação, quer formal, quer informal, sempre terá um caráter predominantemente conservador.

Na sociedade atual, em que predomina a produção capitalista e o domínio da classe burguesa sobre a trabalhadora, a educação em sentido estrito (formal/institucionalizada/escolar) que é predominante, tem uma função clara, a de promover a reprodução das relações sociais capitalistas.

A educação predominante no sistema do capital, ou seja, educação institucionalizada, a educação escolar, segundo Mészáros, atua fundamentalmente em defesa da ordem estabelecida (a ordem do capital), com o intuito (com a finalidade) de assegurar a reprodução das atuais relações sociais, bem como, de impedir qualquer assertiva de mudança significativa nessa sociedade. Deste modo, a educação dominante dissemina um ideário conformista, segundo o qual, não é possível mudar estruturalmente a sociedade, com o intuito que os indivíduos, que os trabalhadores, tanto os produtivos, quanto os improdutivos, reajam adequadamente ao requisitado pela ordem do capital. Por isso,

[...] a educação contínua do sistema do capital tem como cerne a asserção de que a própria ordem social estabelecida não precisa de nenhuma mudança significativa. Precisa apenas de uma regulação exata em suas margens, que se deve alcançar pela metodologia idealizada do pouco a pouco. Por conseguinte, o significado mais profundo da educação contínua da ordem estabelecida é a imposição arbitrária da crença na absoluta inalterabilidade de suas determinações estruturais fundamentais (Mészáros, 2007, p. 295).

Dessa forma, o seu horizonte formativo é restrito, pois visa transmitir os valores e as habilidades que corroborem para conformar os indivíduos (os trabalhadores) à ordem burguesa. István Mészáros, ao refletir sobre a principal função da educação formal/institucionalizada na atual sociedade em seu texto, *A educação para além do capital*, considera:

Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio dos seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana, seria um milagre monumental (Mészáros, 2005, p. 45).

Importa observar, que a atividade educativa nas sociedades de classes continua tendo a mesma estrutura ontológica, um pôr teleológico secundário, mas passa a ser organizada, predominantemente, em função dos interesses de uma classe, a dominante, que na sociabilidade do capital, é a classe burguesa. Por isso, a atividade educativa predominante na sociabilidade do capital, passa a ser organizada com finalidade de transmitir aos indivíduos os

valores que servem à classe dominante, tendo em vista impedir qualquer alteração que possa ameaçar a ordem social. Sobre isto, Mészáros considerou:

A educação institucionalizada [...] , especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas (Mészáros, 2005, p. 35).

Assumindo esse papel nas sociedades de classes, a atividade educativa dominante tem um caráter essencialmente conservador, pois o seu objetivo principal consiste em assegurar que os indivíduos reajam e se comportem de um modo socialmente adequado para garantir a reprodução social das relações sociais de dominação. Sobre esse processo de dominação, Marx e Engels, em *A ideologia Alemã*, consideram:

Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também a consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época (Marx; Engels, 2010, p. 47).

Os indivíduos que fazem parte da classe dominante, em uma determinada sociedade de classes, como a atual (a capitalista), além de dominarem materialmente, por serem os proprietários dos meios de produção, procuram exercer o seu domínio em toda a sua extensão, por meio do domínio ideológico. Domínio este que é exercido por processos formativos/educativos, não só informais, mas através de processos institucionalizados. Para tal, segundo Marx e Engels, a classe dominante regula, não só a produção material, mas também a produção e distribuição das ideias, dos valores, etc. A forma principal para se obter êxito nessa tarefa ocorre, prioritariamente, por meio da atividade educativa, informal e formal (institucionalizada), visto que é por meio desta que se busca controlar tanto a “produção” quanto a “distribuição” das ideias que propiciem o processo de dominação e conformação de uma classe sobre a outra.

A partir desses pressupostos, pode-se constatar que nas sociedades de classes, particularmente na atual, a atividade educativa em seu sentido mais amplo, cujo objetivo era desenvolver a generalidade humana, encontra-se subsumida a uma atividade educativa

restrita, que visa desenvolver apenas os aspectos particulares nos indivíduos, com vista a reproduzir as relações sociais que proporcionem o domínio da classe burguesa sobre a classe trabalhadora.

Consideramos que a atividade educativa, ao exercer essa função restritiva, não se constituiu uma eterna necessidade para a reprodução do ser social em sua generalidade, mas é a sua forma predominante nas sociedades de classes, tendo por função essencial a reprodução das relações sociais capitalistas e a legitimação do domínio da classe burguesa sobre a classe trabalhadora.

A atividade educativa em sentido lato e em sentido estrito

Na discussão anterior, consideramos em grandes linhas, que a atividade educativa em sentido mais amplo é essencial para a reprodução do ser social e existente em todas as formações sociais e a atividade educativa em sentido mais restrito (limitado) surgiu nas sociedades de classes e com a função de contribuir com a reprodução de relações sociais dominantes.

A atividade educativa em sentido estrito, compreendida em suas determinações ontológicas, supõe objetivos restritos e restritivos em determinadas direções. Dessa forma, a sua função é a de influenciar os indivíduos em determinadas direções, para que estes ajam de determinadas maneiras. Por isso, dependendo das finalidades (dos objetivos) ou para ser mais preciso, das prévias-ideações, a atividade educativa em sentido estrito pode desempenhar funções diferentes.

A partir dessas primeiras considerações, fica exposto que a atividade educativa em sentido amplo (lato) se realiza de maneira espontânea e é inconclusa e, a educação em sentido estrito (restrito) ocorre de forma conscientemente elaborada e persegue fins determinados. Assim, a atividade educativa em sentido estrito, assim como a educação em sentido amplo, em suas determinações ontológicas, consiste em propiciar aos indivíduos um quantum de conhecimentos, habilidades, valores, etc., que os capacitem a se tornarem membros do gênero humano. O que diferencia, fundamentalmente, a educação em sentido amplo da educação em sentido estrito, é que a primeira ocorre de forma assistemática/espontânea e a segunda, é uma atividade sistemática/organizada. Lukács considerou essas diferenças essenciais ao afirmar:

[...] o essencial da educação dos homens, [...] consiste em capacitá-los a reagir adequadamente aos acontecimentos e às situações novas e imprevisíveis que vierem a ocorrer depois em sua vida. Isso significa duas

coisas: em primeiro lugar, que a educação do homem – concebida no sentido mais amplo possível – nunca estará realmente concluída. Sua vida, dependendo das circunstâncias, pode terminar numa sociedade de tipo bem diferente e que lhe coloca exigências totalmente distintas daquelas, para as quais a sua educação – no sentido estrito – o preparou (Lukács, 2013, p. 176).

O ponto em comum entre a atividade educativa em sentido amplo e em sentido estrito é que ambas visam formar os homens, ou seja, ambas consistem em influenciá-los a reagirem adequadamente às situações que ocorrerão em sua vida em sociedade. Entretanto, conforme Lukács, em termos concretos, a atividade educativa em sentido amplo e em sentido estrito são diferentes. A primeira “nunca estará realmente concluída”, pois não persegue fins restritos (específicos), já a segunda, estabelece fins conscientemente elaborados e determinados. Desse modo, a atividade educativa em sentido estrito “coloca exigências específicas”, pois intenciona preparar os indivíduos para reagirem em conformidade ao requerido. Sobre isso, Lukács acrescenta:

[...] entre educação no sentido mais estrito e o sentido mais amplo não pode haver uma fronteira metafísica. Entretanto, em termos imediatamente práticos ela está traçada. Ainda que de maneiras extremamente diferentes, dependendo das sociedades e classes (Lukács, 2013, p. 177).

Para Lukács, em termos práticos em sua forma de realização (objetivação), existe diferença entre a atividade educativa em sentido amplo e em sentido estrito, mas não se deve desconsiderar que existem relações entre estas. É por meio da análise concreta de uma determinada sociedade, como a capitalista ou de outras sociedades passadas e de suas classes sociais fundamentais, que se pode apreender as diferenças e relações entre ambas. Por isso, ao proceder essa análise, segundo Lukács, é possível verificar que:

Toda sociedade reivindica certa quantidade de conhecimentos, habilidades, comportamentos etc. de seus membros; o conteúdo, o método, a duração etc. da educação no sentido mais estrito são as consequências das carências sociais daí surgidas (Lukács, 2013, p. 177).

A atividade educativa em sentido estrito é organizada predominantemente para responder a determinadas necessidades demandadas para a reprodução de uma forma de sociedade. Dessa forma, a atividade educativa em sentido estrito é planejada em sua duração, conteúdo e métodos para assegurar a transmissão/apreensão dos conhecimentos, das habilidades e dos comportamentos que são considerados necessários em um contexto histórico particular. Ocorre que em uma sociedade de classes, como a capitalista, os interesses e as necessidades que predominam são os da classe dominante, a classe burguesa, e a

atividade educativa hegemônica, em sentido estrito, acaba por reproduzir os interesses e as necessidades dessa classe.

Na sociedade de classes, a atividade educativa, em sentido estrito (formal ou institucionalizada), ocorre predominantemente na escola, mas pode ser realizada em outros espaços, como nos sindicatos, nas igrejas etc. (Bertoldo, 2009, p. 136). Nesse sentido, o fato de a educação em sentido estrito ocorrer principalmente na escola e sob a chancela do Estado, que lhe confere legalidade (institucionalidade), não elimina a possibilidade da realização de outras experiências educativas em sentido estrito, que não estando subsumida ao Estado e aos interesses da classe dominante, podem desempenhar a função de contraposição à educação hegemônica e expressar outros ideais formativos, como as experiências educativas desenvolvidas por movimentos sociais como o MST (Movimentos dos trabalhadores rurais sem-terra) e outros coletivos, como o Espaço Marx (UEM, UNESPAR), Emancipa (UFC/UECE), IMO/UECE (Instituto do movimento operário), etc., que realizam atividades educativas com caráter emancipatório ou contra-hegemônico à sociabilidade do capital.

A atividade educativa na perspectiva da teoria marxista

A atividade educativa em sentido estrito e em sentido amplo, entendida em suas determinações ontológicas, não se confunde com a sua forma hegemônica na sociedade capitalista. Isso significa, em termos concretos, que não se deve confundir a natureza essencial da educação em sentido estrito e amplo, com a função que assume em determinado contexto histórico. Em sentido ontológico, a atividade educativa em sentido estrito, é uma atividade (uma práxis) conscientemente elaborada e planejada para transmitir determinados valores, habilidades e conhecimentos aos indivíduos, com o intuito, com a intensão de influenciá-los a agirem em determinadas direções. Nessa linha de compreensão, Maceno (2017, p. 97) argumenta:

Por isso não se deve confundir educação em sentido estrito com a configuração majoritária que ela assume na sociedade de classes, ou seja, com a escola ou com a educação formal. Majoritária porque a escola não é a única forma pela qual a educação em sentido estrito é transmitida na sociedade de classes. Existem, ainda que de modo não predominante, experiências não escolares da educação em sentido estrito; este é o caso das atividades educativas que não se atrelam ao Estado, nem mesmo a nenhuma das suas teias sutilmente predadoras que se disseminam na tessitura social.

Entendida nesses termos, considera-se que a atividade educativa em sentido estrito, mesmo que de maneira limitada, pode ser realizada na atual sociedade, desempenhando uma função oposta da atividade educativa em sentido estrito escolar. Dessa forma, em termos ontológicos, a atividade educativa em sentido estrito, mas não estreita aos ditames da reprodução do capital, com autonomia relativa em relação ao Estado e ao capital, pode desempenhar a função de contribuir com a emancipação do trabalho e na construção de outra forma de sociabilidade.

Afirmando isso, não estamos desconsiderando que a atividade educativa em sentido estrito (formal/escolar/institucionalizada) é predominante na sociedade capitalista, mas esse fato concreto e constatável, não anula a possibilidade da organização e da realização de outras formas de atividades educativas em sentido estrito, que em uma direção oposta à escolar, intencionem influenciar os indivíduos (os trabalhadores) a não se conformarem com a atual forma de sociedade, a capitalista, e a lutarem por sua superação e por uma sociabilidade realmente emancipada.

É neste preciso sentido, que deve ser entendida a função da atividade educativa na perspectiva da teoria marxista, tanto em seu sentido amplo, quanto em seu sentido estrito, que é a de influenciar o conjunto da classe trabalhadora a agir e reagir de forma diversa ao requerido pelo processo de reprodução do capital. Por isso, a atividade educativa na perspectiva da teoria marxista deve ter como função fundamental a de transmitir um conhecimento radical sobre a realidade social atual (sobre as relações sociais burguesas), entendendo-a como transitória (histórica) e que pode ser superada pela luta da classe trabalhadora. Portanto, a atividade educativa marxista, ao contrário da educação na perspectiva do capital, tem um caráter revolucionário, porque se propõe a influenciar os indivíduos (os trabalhadores) a lutarem contra o capital e por uma nova forma de sociedade, a sociedade realmente emancipada, a sociedade comunista, na qual não existirá mais a exploração do homem pelo homem e na qual todos os seres humanos poderão desenvolver livremente todas as suas potencialidades.

Considerações finais

A discussão central debatida nesse texto, foi a de apontar os elementos essenciais da atividade educativa em uma perspectiva marxista. Para alcançar esse objetivo, a nossa

reflexão se balizou em Marx e em alguns teóricos da tradição marxista, como Lukács, Mészáros e outros.

A partir da análise das determinações ontológicas da atividade do trabalho, da atividade educativa, tanto em seu sentido amplo, como em seu sentido estrito e estrito escolar, procuramos refletir sobre o sentido e a função essencial da atividade educativa na perspectiva da teoria marxista.

Em relação à atividade do trabalho e à atividade educativa, expomos a identidade e a não identidade entre essas atividades, destacando que ambas são um pôr ontológico. A atividade do trabalho é um pôr teleológico primário e a atividade educativa é um pôr teleológico secundário. A atividade do trabalho se situa na esfera da produção material, ou seja, é uma atividade sobre o mundo natural (a causalidade), com a finalidade de produzir os meios de vida. A atividade educativa se situa na esfera da reprodução social, ou seja, é uma atividade do ser social sobre o ser social, com a finalidade de induzir/influenciar os homens a agirem/atuarem em determinadas direções.

Ao refletir sobre a educação em sentido estrito, contudo não reduzindo esta atividade a forma escolar (formal/institucionalizada), que é a forma hegemônica na sociabilidade capitalista, mas entendendo-a em sua dimensão ontológica, ou seja, de ser uma atividade intencional, sistematizada e que tem o objetivo de influenciar os indivíduos a agirem em determinadas direções e de determinadas maneiras, consideramos ser possível a realização de atividades educativas, em sentido estrito, que possuam uma finalidade diferente da formal/escolar, ou seja, que é possível desenvolver atividades educativas na perspectiva da emancipação humana.

Isto posto, consideramos ser possível a realização da práxis educativa, tanto em sentido amplo, quanto em sentido estrito na perspectiva da teoria marxista. Fundada na teoria marxista, essa atividade educativa assume uma função radicalmente oposta da atividade educativa em sentido estrito formal/escolar, que ao contrário de educar para conformar os indivíduos da classe trabalhadora a corresponderem passivamente as necessidades do capital e de sua reprodução do capital, educa-os, forma-os, para entenderem as determinações essenciais da sociabilidade do capital e para lutarem por uma mudança radical dessa realidade social, objetivando a emancipação humana, a sociedade comunista.

Referências

BERTOLDO, Edna. *Trabalho e educação no Brasil: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. Maceió: EDUFAL, 2009.

LIMA, Marteano Ferreira de; JIMENEZ, Susana Vasconcelos. O complexo da educação em Lukács: uma análise à luz das categorias trabalho e reprodução. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 73-94, ago. 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-46982011000200005>.

LUKÁCS, George. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012.

LUKÁCS, George. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

LUKÁCS, George. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MACENO, Talvanes Eugênio. *Educação e reprodução social: a perspectiva da crítica marxista*. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. v. 1.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. Petrópolis: Vozes, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2016.

MÉSZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2007.

TONET, Ivo. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Maceió: EDUFAL, 2013.

TONET, Ivo. *Educação e ontologia marxiana*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2009. Disponível em: https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/EDUCACAO_E_ONTOLOGIA_MARXIANA.pdf. Acesso em: 1 jan. 2012.

*Recebido em: 6 de junho 2024
Aceite em: 1 de outubro 2024*